

## PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITARIO DA UFBA

## Termo de Referência 33/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	153825-PREFEITURA DO CAMPUS UNIVERSITARIO DA UFBA	RAFAEL MAGALHAES VASCONCELOS MARON	20/08/2025 13:11 (v 7.3)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		23066.012574 /2025-28

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços contínuos de coleta, tratamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes (Grupo A, B e E, RDC 222/2018, ANVISA), a serem executados sem regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER SIPAC	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	<b>COLETA/ TRATAMENTO LIXO - HOSPITALAR: SERVIÇOS DE TRATAMENTO E ELIMINAÇÃO DE RESÍDUOS PERIGOSOS</b>  Coleta / Tratamento Lixo - Hospitalar: Serviços de coleta, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes (Grupo A, B e E, RDC 222 /2018, ANVISA), com fornecimento de bombonas /tonéis, sacos, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos, com emissão de certificado de destinação correta	19380  3975000000003	KG	80.000	R\$ 6,07	R\$ 485.600,00

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que visa atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (2025), conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 15180714000104-0-000003/2025

II) Data de publicação no PNCP: 07/11/2024

III) Id do item no PCA: 2231

IV) Classe/Grupo: 942 - SERVIÇOS DE ELIMINAÇÃO DE REJEITOS

V) Identificador da futura contratação: 153038-127/2025

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá:

4.1.2. Adotar as práticas de otimização de recursos e diminuição da poluição, quando couber, em cumprimento ao disposto no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, publicada no DOU de 20/01/2010

4.1.3. Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

4.1.4. Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

4.1.5. Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

4.1.6. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

4.1.7. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.8. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelas instalações prediais da empresa, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

4.1.9. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

4.1.10. Realizar destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999;

4.1.11. Obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das substâncias que destroem a camada de ozônio – SDOs, abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente, CFCs, Halons, CTC e tricloreto);

4.1.12. Causar menor impacto possível sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.13. Minimizar a emissão de ruído dos equipamentos diversos que forem utilizados no serviço;

4.1.14. Destinar os resíduos para aterros que obedeçam às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e às resoluções da CONAMA;

4.1.15. Apresentar plano estratégico para a redução de emissões de gases estufa ou outros poluentes da frota e ainda apresentar as ações para mitigar os efeitos danosos ao meio ambiente;

4.1.16. Entregar, juntamente com a fatura, ao Gestor do Contrato, o certificado de destinação ambientalmente adequada.

4.1.17. Atender ao disposto no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, quanto às proibições das formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

4.1.17.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.1.17.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.1.17.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

4.1.17.4. outras formas vedadas pelo poder público.

## Obrigações da contratante

4.2. São obrigações do Contratante:

4.2.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

4.2.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

4.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

4.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

4.2.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.2.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

4.2.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

4.2.8 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

4.2.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

4.2.9.1. A Administração terá o prazo de um mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

4.2.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de um mês.

4.2.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.2.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

- 4.2.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 4.2.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.
- 4.2.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 4.2.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.
- 4.2.17. Acondicionar os RSS nos sacos, bombonas e/ou toneis disponibilizadas pela CONTRATADA, em locais adequados nas unidades geradoras.
- 4.2.18. Fornecer à CONTRATADA relação nominal por unidade geradora de RSS o nome dos funcionários responsáveis pela fiscalização
- 4.2.19. Zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 4.2.20. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da contratada.
- 4.2.21. Receber, conferir e atestar a nota fiscal/documentos de cobrança.

4.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **Obrigações da contratada**

4.4. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.4.1. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 4.4.2. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 4.4.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.4.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 4.4.5. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 4.4.6. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 4.4.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.4.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.4.9. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 4.4.10. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.4.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.4.11.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.4.11.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.4.11.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.4.11.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.4.11.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.4.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.4.13. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

4.4.14. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.4.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.4.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.4.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.4.18. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.4.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.4.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.4.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

4.4.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.4.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

4.4.24. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

4.4.25. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.4.26. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.4.27. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.4.28. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4.29. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.4.30. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

4.4.31. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.

4.4.32. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

4.4.33. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

4.4.34. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

4.4.35. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

4.4.36. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

4.4.37. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.

4.4.38. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso

4.4.39. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

4.4.40. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.[]

4.4.41. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

4.4.42. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

## Subcontratação

4.5. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de **20% (vinte por cento)** do valor **total** do contrato, nas seguintes condições:

4.6. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.6.1. tratamento; e

4.6.2. destinação e disposição ambientalmente adequada.

4.7. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

4.7.1. paisagem;

4.7.2. coleta; e

4.7.3. transporte.

4.8. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.9. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

4.10. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.11. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

## Garantia da contratação

4.15. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

4.16. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato. Sendo condição necessária à assinatura do contrato.

- 4.16.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 4.16.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 4.16.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 4.16.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 4.16.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- 4.17. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 4.18. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- 4.19. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 4.20. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- 4.20.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- 4.21. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 4.21.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 4.21.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 4.21.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- 4.22. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- 4.23. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 4.24. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 4.25. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- 4.26. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 4.26.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 4.26.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.27. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.27.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.27.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.28. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.29. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.30. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e /ou aplicar sanções à contratada.

4.31. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

## **Vistoria**

4.32. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09:00** horas às **15:00** horas.

4.33. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.34. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.34.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

4.35. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.36. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

## **Instalação de escritório**

4.37. Considera-se imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima (adequada ao item para o qual apresentar proposta), em um raio máximo de até 200 km desta cidade, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório.

# **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

## **Condições de execução**

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Entrega e critérios de aceitação do objeto:

5.1.1.1. A execução dos serviços será iniciada mediante Ordem de Serviço emitida pela Contratante, em prazo não superior a 05 (cinco) dias após a assinatura do contrato, na forma que segue: A coleta será por demanda, de segunda-feira a sexta-feira, abrangendo transporte, tratamento e disposição final ambientalmente adequada de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes (grupos A, B e E), da Universidade federal da Bahia, obedecendo às exigências das normas ambientais vigentes;

5.1.1.2. O horário da coleta será de 08:00 às 16:00hs, dos resíduos dos grupos A, B e E produzidos na UFBA, devidamente acondicionado, em veículo licenciado;

5.1.1.3. A CONTRATADA deverá fornecer, continuamente, as embalagens (bombonas/tonéis ou contêiner) para a coleta dos resíduos, contendo as seguintes características: resistentes, rígidas e estanques, com tampa rosqueável, adequadas para o armazenamento dos resíduos líquidos, sólidos, químicos, tóxicos, infectantes e perfurocortantes com identificação conforme legislação vigente, em número suficiente para dispensação e armazenagem dos resíduos, sendo a empresa responsável pela manutenção, conservação e descontaminação dos mesmos;



5.1.1.4. O transporte deverá ser feito, devidamente acondicionado nas bombonas e/ou tonéis específicos, em veículo tecnicamente adequado e em conformidade com a legislação atual (Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA e ABNT), identificado conforme NBR 7500 e obedecendo ao disposto na NBR13221 (fevereiro 2003), NBR 12810 (1993), NBR 10004 (novembro 2004) e Resolução nº 420 de 12 de fevereiro de 2004 do Ministério dos Transportes e suas atualizações;

5.1.1.5. As bombonas e/ou tonéis retirados para o transporte devem ser imediatamente substituídos por outros, vazios e apropriadamente identificados, sem ônus para o CONTRATANTE; A pesagem deverá ser realizada com equipamentos aferidos dentro do intervalo de validade previsto pelo órgão regulador (INMETRO) pela contratada na presença do servidor Fiscal do Contrato ou fiscal local ou servidor designado pela Unidade, e deverá ser emitido um comprovante da pesagem;

5.1.1.6. Todo o equipamento necessário para o fiel cumprimento da execução do serviço será da empresa contratada;

5.1.1.7. A CONTRATADA deverá se enquadrar às normas de tratamento estabelecidas pela Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC 222/2018 da ANVISA, apresentando mensalmente ao fiscal do contrato documentos comprobatórios da sua realização;

5.1.1.8. A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente os tratamentos adequados para cada tipo de resíduo e suas subdivisões, conforme preceitua a RDC nº 222/2018 da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358/2005;

5.1.1.9. Durante a vigência do contrato, caso exista alteração do processo de tratamento a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos;

5.1.1.10. A CONTRATADA terá inteira responsabilidade sobre a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes e, caso exista alteração do processo de disposição final, durante a vigência do contrato, a mesma deverá ser apresentada aos fiscais dos contratos.

5.1.1.11. Deverá ser emitido pela contratada e entregue ao fiscal do contrato, em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, o Certificado de Destinação Final – CDF, que comprove que o material foi destinado de maneira correta;

5.1.1.12. Os resíduos supracitados serão pesados sempre que houver coleta e o valor a ser pago pelo serviço será baseado nesta pesagem, considerando o valor unitário proposto do peso;

5.1.1.13. A balança deverá ser tarada, a fim de desconsiderar o peso da bombona ou tonel na hora da pesagem;

5.1.1.14. Executar o transporte dos resíduos coletados até o local de tratamento, procedendo sua destinação em usina de resíduos especiais de acordo com as normas vigentes;

5.1.1.15. Efetuar a disposição final ambientalmente adequada do produto oriundo de incineração em aterros sanitários ou locais devidamente autorizados pelos órgãos ambientais e municipais;

5.1.1.16. A empresa deverá possuir licença ambiental e estar devidamente licenciada nos órgãos competentes bem como seus veículos, incineradores e motoristas formalmente habilitados pelo MOPP (movimentação de produto perigoso);

5.1.1.17. A natureza do serviço é continuada, devido à produção permanente de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes em estabelecimento de ensino, pesquisa, extensão e atendimento clínico e hospitalar;

5.1.1.18. O prazo para execução dos serviços será de 12 (doze) meses, (máximo de 5 anos) contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.1.19. O "atesto" da realização do serviço licitado está condicionado à conferência, avaliações qualitativas e aceitação final, obrigando-se o licitante vencedor a reparar e corrigir os eventuais vícios, defeitos ou incorreções porventura detectados, na forma prevista no Termo de Referência, na Lei nº 14.133/2021 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber;

5.1.1.20. A empresa prestadora dos serviços, objeto do presente estudo, deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Licença ambiental do órgão competente para operação (LAO) de tratamento de Resíduos de Serviço de Saúde (RESOLUÇÃO Nº 237, DE 19 DE dezembro DE 1997 - IBAMA);

b) Licença ou autorização ambiental emitida pelo órgão competente para transporte de resíduos perigosos, dentro dos estados em que a empresa proponente atuar. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 9 DE maio DE 2012) (RESOLUÇÃO Nº 358 /CONAMA);

c) Autorização Ambiental de Transporte Interestadual de Produtos Perigosos, emitida pelo IBAMA nos termos da IN nº 05 /2012, do IBAMA, se couber.

d) Certificado ou Registro da empresa no Cadastro de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e instrumentos de Defesa ambiental CTF/AINDA (IBAMA) juntamente com cadastro estadual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais (CEAPD)

5.1.2. Fornecimento de bombonas e/ou tonéis e sacos:

5.1.2.1. A contratada deverá fornecer, custear e se responsabilizar por todos os utensílios necessários ao acondicionamento dos resíduos objeto desta licitação; a saber: bombonas, tonéis, caixas, pallets, sacos, carros para transporte dos recipientes e outros que venham a ser necessários. Todo material de origem da Universidade que seja levado no processo de coleta deverá ser substituído pela empresa por outro de mesma característica e qualidade;

5.1.2.2. A empresa CONTRATADA deverá fornecer bombonas de diferentes volumes (ao menos 2 opções, sendo que obrigatoriamente uma delas de volume de 200L e outra de acordo com a necessidade da unidade demandante);

5.1.2.3. Os tonéis deverão ser fornecidos constituídos de material metálico resistente, ter capacidade de 200 litros, ser de fácil manejo e providos de tampa com lacre, de acordo com as necessidades das unidades da UFBA.

5.1.2.4. O quantitativo de bombonas e tonéis a permanecer fixo nos pontos de coleta (unidades da UFBA) serão definidos no início do contrato com base nas produções dos resíduos de cada unidade, frequência solicitada para coleta, local de armazenagem e capacidade dos recipientes fornecidos pela empresa.

5.1.2.5. O quantitativo de sacos deverão ser entregues conforme demanda de cada unidade, bem como ser entregue no mesmo ato de fornecimento de bombonas e/ou tonéis.

5.1.2.6. Os referidos recipientes deverão estar devidamente enquadrados nas normas vigentes, bem como identificados com os símbolos inerentes aos seu tipo de resíduos perigosos, com os dizeres preconizados por Lei e Normas Regulamentadoras associadas.

5.1.2.7. Os recipientes deverão ser constituídos de material rígido, lavável, impermeável, provido de tampa, com cantos arredondados e apropriados a contenção dos resíduos a eles destinados. Sendo disponibilizados pela CONTRATADA de acordo com as necessidades das unidades da UFBA em relação ao número e ao tipo de recipiente.

5.1.2.8. Os recipientes deverão ser entregues pela CONTRATADA íntegros, higienizados, com tampa, rotulados, com sacos; obedecendo normas vigentes.

5.1.2.9. Recipientes, sacos e rotulagem deverão atender as especificações das Normas Técnicas da ABNT, Resolução CONAMA 275 de 25 de abril de 2001 (em vigor) e RDC ANVISA nº 222, de 25 de setembro de 2018 e separados de resíduos de outra natureza

5.1.2.10. As unidades da CONTRATANTE definirão a classe de resíduos que descartarão de acordo com a RDC Anvisa nº 222/2018, para que a CONTRATADA forneça as bombonas e/ou tonéis adequados, com rotulagem correspondente segundo normas vigentes.

5.1.2.11. Durante a prestação de serviço, todas as vezes que a CONTRATADA coletar os recipientes cheios de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes, estes deverão ser substituídos, em igual quantidade, por outros vazios.

5.1.2.12. No caso de qualquer rachadura ou quebra das bombonas e/ou tonéis, a CONTRATADA deverá substituir a(s) peça(s), no prazo máximo de 48 horas, após notificação da contratante via fax/telefone/e-mail. A substituição deverá ser feita sem nenhum ônus para a CONTRATANTE.

### 5.1.3. Acondicionamento:

5.1.3.1. Em caso de resíduos químicos acondicionados indevidamente em espaços confinados, a empresa contratada deverá realizar serviços de transferência destes resíduos para tonéis, favorecendo o melhor acondicionamento possível dos resíduos químicos para posterior transporte, tratamento e destinação final ambientalmente correta.

5.1.3.1.1. A contratada deverá comprovar que seus empregados são capacitados (treinados) e estão aptos a realizar atividades nestas condições através da apresentação do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), onde conste a informação de apto para trabalho em espaço confinado, e o certificado de treinamento para espaço confinado de acordo com a função a ser exercida, conforme preconizado na NR-33;

5.1.3.1.2. O trabalho nestes ambientes nunca deve ser realizado por apenas um trabalhador. As atividades devem ser acompanhadas e supervisionadas por pessoa capacitada;

5.1.3.1.3. Antes de um trabalhador entrar em um espaço confinado, a atmosfera interna deverá ser testada com um instrumento de leitura direta (por trabalhador autorizado e capacitado), adequado para trabalhos em áreas potencialmente explosivas, intrinsecamente seguro, protegido contra emissões eletromagnéticas ou interferências de radiofrequências, calibrado e testado antes da utilização, para as seguintes condições mínimas a seguir:

- Concentração de oxigênio;
- Gases e vapores inflamáveis;
- Contaminantes do ar potencialmente tóxicos;

Observação: A responsabilidade pela manipulação, utilização, fornecimento, calibração e guarda deste equipamento é de responsabilidade da CONTRATADA;

5.1.3.1.4. Qualquer medição de atmosfera que apresentar anormalidade deve representar uma condição proibitiva de entrada mesmo que não represente uma condição Imediatamente Perigoso à Vida ou à Saúde (IPVS). Uma vez detectada uma condição proibitiva de entrada, recomenda-se seguir os seguintes procedimentos:

- Os responsáveis deverão tomar todas as medidas efetivas para evitar a entrada de qualquer pessoa ao espaço confinado;
- Deve-se investigar a causa e os fatores que geraram a condição proibitiva;
- Eliminadas as causas geradoras da condição proibitiva, e depois de refeitos os ensaios adequados e constatada nova condição de entrada, os trabalhos poderão ser realizados.

5.1.3.1.5. Quando da necessidade constatada pela Análise Preliminar de Risco (APR), ou pelo Setor de Segurança do Trabalho - UFBA, a CONTRATADA deverá instalar um insuflador ou exaustor de ar, ou utilizar um equipamento /respirador de adução de ar tipo linha de ar comprimido ou tipo máscara autônoma.

5.1.3.1.6. A CONTRATADA deve elaborar e implementar procedimentos de emergência e resgate adequados aos espaços confinados e apresentá-los antes do início das atividades. Além disso, qualquer tipo de trabalho deve ser interrompido em caso de suspeita de condição de risco grave e iminente, procedendo ao imediato abandono do local

5.1.3.2. O acondicionamento deverá ser feito pela contratada, por pessoal treinado e portando equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI's e EPC's) apropriados.

5.1.3.3. A unidade geradora disponibilizará um responsável interno para acompanhar a execução da tarefa.

#### 5.1.4. Pesagem:

5.1.4.1. A pesagem será feita in loco, no momento imediato da coleta nas unidades da UFBA, por funcionário da CONTRATADA, com balança fornecida pela CONTRATADA, em presença do representante da CONTRATANTE.

5.1.4.2. Em relação aos tonéis, bombonas, palets e quaisquer outros materiais utilizados na pesagem dos resíduos (utilizados ou não na etapa de transporte), as suas respectivas massas devem ser desconsideradas na composição do quantitativo dos resíduos coletados.

5.1.4.3. A balança fornecida pela CONTRATADA poderá ser dispensada em unidades geradoras de resíduos que a possuam; a critério da CONTRATANTE.

5.1.4.4. A balança deverá:

5.1.4.4.1. Ser adequada para a pesagem dos resíduos, sendo perfeitamente adequada aos formatos, às capacidades (volumétricas e de pesos) das bombonas fornecidas.

5.1.4.4.2. Possuir divisão de 100 g ou menor (10 g, 1 g etc).

5.1.4.4.3. Dispensar a existência de tomadas para funcionamento (podendo ser mecânica ou de bateria recarregável bivolt).

5.1.4.4.4 A CONTRATADA deverá apresentar mensalmente certificado de calibração das balanças utilizadas para pesagem.

5.1.4.4.5. Caso seja constatado defeito ou descalibração da balança, a CONTRATADA deverá substituir ou recalibrar a balança sem ônus a CONTRATANTE.

#### 5.1.5. Coleta:

5.1.5.1. A coleta será feita em cada Unidade Geradora de resíduos em frequência e dias estabelecidos pelo fiscal da unidade e/ou do fiscal do contrato da CONTRATANTE no período de funcionamento de cada unidade geradora.

5.1.5.2. As unidades poderão ter horários de funcionamento diferenciados.

5.1.5.3. As demandas extras relativas às coletas serão comunicadas à CONTRATADA com antecedência mínima de 5 dias.

5.1.5.3.1 Entende-se por demanda extra àquela excepcional, previsível, fora da frequência e quantitativos exigidos pela unidade; como também a coleta necessária e previsível em unidades que não possuem serviço regular.

5.1.5.4 Os atendimentos às emergências terão que ser realizados pela CONTRATADA no prazo de 24 horas após solicitação.

5.1.5.4.1 Entende-se por emergência a demanda excepcional, imprevisível, fora da frequência e quantitativos exigidos pela unidade; como também a coleta necessária e imprevisível em unidades que não possuem serviço regular.

5.1.5.5. A coleta deverá ser feita por pessoal treinado, portando uniforme e equipamentos de proteção individual e coletiva (EPI e EPC) apropriados.

5.1.5.5.1. Este pessoal deverá ser capacitado e treinado quanto às medidas a serem tomadas em situação de emergência e acidentes na coleta.

5.1.5.6 Todo o procedimento de coleta deverá ser feito na presença do Fiscal Local ou funcionário da CONTRATANTE designado pelo Fiscal Local e/ou direção da unidade, que atestará a realização da coleta através de Planilha de Medição de resíduos (Anexo A).

5.1.5.6.1 A planilha de medição (Anexo A) deverá ser preenchida em duas vias. Uma ficará com a Unidade e a outra via com a empresa. Após cada coleta, a planilha será preenchida com data, quantidade e tipo de resíduos coletado e assinatura do fiscal local ou pessoa designada pela direção da unidade e também do colaborador da CONTRATADA que realizou a coleta.

5.1.5.6.2. Para fins de comprovação de coleta, será utilizado a planilha de medição (Anexo A) assinado pelo colaborador da empresa e o fiscal local da unidade ou funcionário/servidor designado da CONTRATANTE no momento de cada coleta.

5.1.5.6.3. Não serão aceitos para fins de comprovação de coleta, outros documentos que não seja o Anexo A.

5.1.5.6.4. Em caso de ocorrências conforme aquelas contidas no Instrumento de Medição de resultado - IMR (Anexo B), o fiscal local da unidade ou servidor designado para acompanhar a coleta deverá descrever os fatos na Planilha de medição (Anexo A), no campo "observações", ou descrever em uma página em branco, devendo anexá-la à Planilha de medição (Anexo A).

#### 5.1.6. Transporte:

5.1.6.1. Após a coleta, a CONTRATADA deverá fazer o transporte dos resíduos, objeto dessa licitação, para o tratamento devido e para destinação ambientalmente adequada, conforme preconiza as legislações vigentes.

5.1.6.2. A CONTRATADA deverá possuir licenças válidas para transporte dos resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes.

5.1.6.3. O transporte deverá obedecer à resolução Decreto Federal nº 96044 de 18 de maio de 1988 (em vigor), bem como outras legislações e normas aplicáveis (especialmente aquelas presentes nas NBRs que tratam de temas relacionados ao objeto).

5.1.6.4. O transporte deverá ser feito em veículo(s) licenciado(s) para este fim; dotado do nome da empresa coletora, com identificação de risco de acordo com a NBR 7500:2021 e número ONU conforme estabelecido na Resolução nº 5.232 de 2016.

5.1.6.5. Tal (is) veículo(s) será (ão) previamente relacionado (s) no processo licitatório.

5.1.6.6. A substituição e/ou inclusão de veículos deverá ser previamente comunicada pela CONTRATADA e autorizada pela CONTRATANTE, condicionada a apresentação dos documentos que comprovem seu licenciamento para transporte de resíduos perigosos e demais documentos relacionados ao veículo, conforme este Termo de Referência.

5.1.6.7. Quando a coleta exigir caminhão de grande porte (Truck ou superior) devido ao volume previsto, poderá ser solicitado à CONTRATADA veículos de pequeno porte para coletas em unidades de difícil acesso.

5.1.6.8. O transporte deverá ser feito por Motorista (s) portador (es) do Certificado de Curso MOPP e Carteira Nacional de Habilitação válidos.

5.1.6.9. A substituição e/ou inclusão de motoristas deverá ser previamente comunicada pela CONTRATADA e autorizada pela CONTRATANTE, condicionada a apresentação dos documentos que comprovem sua capacitação para tal conforme este Termo de Referência.

5.1.6.10. O material a ser colocado no transporte é a bombona e/ou toneis, respeitando a compatibilidades das substâncias não sendo permitida a transferência do material de dentro das mesmas para outro recipiente.

5.1.6.11. A CONTRATADA deverá providenciar todos os documentos e licenças; pagamentos de taxas associadas ao transporte; plano de contingência e emergências e kit associado.

#### 5.1.7. Tratamento:

5.1.7.1. Todo o resíduo infectante coletado na UFBA deve seguir diretamente para a Unidade de Tratamento da CONTRATADA, a fim de inativar a carga microbiana, utilizando as melhores técnicas disponíveis para o tipo de resíduo e de acordo com a legislação em vigor.

5.1.7.2. A contratada deverá estar licenciada para tratar resíduos infectantes, químicos e perfucortante por órgão ambiental competente para atuação na Bahia.

5.1.7.3. A CONTRATADA deverá informar à CONTRATANTE o tipo de tratamento empregado. Os quais serão aceitos se estiverem de acordo com legislação vigente.

5.1.7.4. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos e insumos necessários à perfeita realização do serviço, devendo os equipamentos estar em perfeitas condições de uso e os insumos serem de qualidade comprovada.

5.1.7.5. A CONTRATADA deverá fornecer os ensaios de calibração devidamente válidos para todos os equipamentos utilizados no tratamento.

5.1.7.6. O tratamento deverá obedecer ao disposto na Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 (em vigor) e RDC Anvisa nº 222/2018, suas atualizações, outras legislações que venham a substituí-las no período de vigência do contrato, bem como em consonância com outros critérios estabelecidos pelos órgãos ambientais, legislações e normas aplicáveis.

5.1.7.6.1. No caso de tratamento térmico, deverá obedecer também a resolução CONAMA 316 de 29 de outubro de 2002 (em vigor), bem como alterações e complementações.

#### 5.1.8. Destino:

5.1.8.1. A CONTRATADA deverá encaminhar os resíduos que perdurarem ao fim do tratamento, a depender da natureza, para aterros classe I ou classe II, de acordo com legislação e normas vigentes.

5.1.8.1.1. O destino final do resíduo coletado deverá atender integralmente as posturas estaduais e municipais, sendo de total responsabilidade da CONTRATADA qualquer ação cometida ou tomada pela mesma, diferente do neste item estabelecido.

5.1.8.2. O aterro utilizado deverá estar licenciado para receber os resíduos que perdurarem ou forem produzidos após tratamento por órgão ambiental competente.

5.1.8.3. Não será permitida a utilização de áreas de transbordos para a disposição dos resíduos, como também que o resíduo pernoite em lugar inadequado.

5.1.8.4. É expressamente proibido o reaproveitamento ou a comercialização dos resíduos coletados.

#### 5.1.9. Certificados:

5.1.9.1. A contratada deverá fornecer Termo de Recepção e Responsabilidade conforme modelo do Anexo C ou Certificado Equivalente, que comprove que a empresa recebeu e responsabilizou-se por coletar, transportar, tratar e dar destino conforme legislação.

#### 5.1.10. Acidentes:

5.1.10.1. Em caso de acidente de grandes proporções, a CONTRATADA deverá notificar imediatamente os órgãos municipais e estaduais de controle ambiental e saúde pública.

5.1.10.2. Em caso de acidente de pequenas proporções, a própria guarnição da CONTRATADA deverá retirar os resíduos do local atingido, efetuando a limpeza mediante o uso dos equipamentos auxiliares, sob orientação do Responsável Técnico.

5.1.11. Cronograma de realização dos serviços: segunda à sexta, previamente agendado entre as unidades demandantes e à CONTRATADA e aos finais de semana, em casos excepcionais e urgentes.

5.1.12 A Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura através da Coordenação de Meio Ambiente impugnará quaisquer serviços que não satisfaçam as Normas Técnicas Brasileiras vigentes ou que descumpram as condições contratuais, ficando a contratada obrigada a refazer os serviços sem quaisquer ônus para a UFBA.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços do campi da Federação/Ondina, do Canela e unidades dispersas, no Município de Salvador, no IMS- Instituto Multidisciplinar em Saúde no Campus Anísio Teixeira no Município de Vitória da Conquista, no Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação - ICTI/UFBA no Campus Carlos Marighela no Município de Camaçari e no Centro de Desenvolvimento da Pecuária - CDP, da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia, localizada no município de Santo Amaro, pertencentes à Universidade Federal da Bahia, Estado da Bahia.

5.2.1. As unidades acadêmicas e geradoras de resíduos da UFBA e seus respectivos endereços estão listados na tabela do Anexo D.

5.2.2. A lista das unidades contidas na tabela do Anexo D não é taxativa, podendo ser substituídas, excluídas, ter seus dados alterados, bem como novas poderão ser incluídas; pertencentes à capital, região metropolitana e interior da Bahia.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: das 8 (oito) horas, às 16 (dezesseis) horas

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

- 5.4.1.Entrada do veículo devidamente identificado, com pessoal técnico da CONTRATADA devidamente identificado; acompanhado pela fiscal técnico ou fiscais locais nos recolhimentos dos resíduos;
- 5.4.2. Emissão de relatório, contendo as principais informações para medição do serviço, tais como: EPI apresentados, quantidade de kg recolhido, quantidade de bombonas e/ ou tonéis substituídos, horário de chegada, duração dos procedimentos, horário de saída, discrição dos recolhedores, motoristas e ajudantes em geral, eficácia e efetividade dos procedimentos em geral, assinatura dos relatórios por parte da CONTRATADA e fiscalização, mínimo tráfego de veículos (somente os estritamente suficientes para a prestação do serviço).

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- 5.5.1. A contratada deverá disponibilizar bombonas e tonéis, conforme as disposições contidas nos itens 5.1.2.1.; 5.1.2.2.; 5.1.2.3.; 5.1.2.4.; 5.1.2.5.; 5.1.2.6.; 5.1.2.7.; 5.1.2.8.; 5.1.2.9.; 5.1.2.10 e 5.1.2.11.
- 5.5.2. A empresa CONTRATADA deverá fornecer balança devidamente calibrada e aprovada pelo INMETRO, para pesar os resíduos coletados, no local da coleta, preenchendo e assinando a planilha de medição, ANEXO A, conforme as disposições contidas nos 5.1.5.6.1; 5.1.5.6.2. e 5.1.5.6.3.
- 5.5.3. A estocagem de equipamento e material da CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE será permitida somente pelo tempo que durar o serviço executado. Tão logo este seja concluído, a CONTRATADA deverá providenciar, às suas expensas, a retirada dos remanescentes.
- 5.5.4. Os custos fornecimento das bombonas e tonéis deverão correr por conta da CONTRATADA, não podendo cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição do preço unitário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Estimativa de acordo com a produção de resíduos dos anos de 2023-2024.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade Anual Mínima	Quantidade anual Máxima
1	Fornecimento de bombonas e tonéis, pesagem in loco, coleta, transporte, tratamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes; com emissão de Certificado de Destinação Correta.	KG	57.645,63 Kg	68.680,46 Kg

5.6.2. O Histórico de descarte de 2023 e 2024 (amostragem)

Quantitativo de descarte realizado pelos campi de Ondina/Federação, Canela e Instituto Multidisciplinar em Saúde em Vitória da Conquista		
Resíduo	Ano de 2023	Ano de 2024
Grupo A/E	31.611,63 Kg	32.474,63 Kg
Grupo B	32.474,63 Kg	10.971,94 Kg
Total	48.260,46 Kg	43,446.57 Kg

Quantitativo estimado no descarte de carcaças de animais de pequeno, médio e grande porte pela Centro de Desenvolvimento da Pecuária - CDP, da Escola de Medicina Veterinária e Zootecnia, localizada no município de Santo Amaro

Resíduo	Ano de 2023	Ano de 2024
Pequenos ruminantes, bezerros e potros (Grupo A)	1.920 Kg	3.200 Kg
Bovídeos e equídeos (Grupo A)	18.500 Kg	11.000 Kg
Total	20.420 Kg	14.200 Kg

Total de resíduos

Resíduo	Ano de 2023	Ano de 2024
Grupo A/E	52.031,63 Kg	43.914,63 Kg
Grupo B	16.648,83 Kg	10.971 Kg
Total	68.680,46 Kg	57.645,63 Kg

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços que é sob demanda da CONTRATANTE.

6.8. Os prepostos deverão planejar sua rotina diária de trabalho com base nas informações e elementos constantes nos processos de elaboração de projetos e de execução dos serviços, cuidando para que os serviços sejam prestados dentro de padrões de excelência, sob os aspectos da organização, eficiência, qualidade, economicidade e de acordo com as Normas Técnicas Ambientais vigentes, submetendo-se ao crivo e à avaliação permanente do Fiscal do Contrato, da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura, através da Coordenação de Meio Ambiente da SUMAI, sem prejuízo do gerenciamento que deve ser exercido pela empresa vencedora deste certame.

6.9. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

6.10. Quando houver desligamento do preposto do quadro de funcionários da CONTRATADA, esta deverá designar formalmente, em até 5 dias, o novo preposto da empresa, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.11. A não substituição do profissional ou atraso na realização deste procedimento ensejará a aplicação das penalidades administrativas cabíveis à Contratada, conforme previsto neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos e, ainda, no art. 156, da Lei nº. 14.133 /2011, podendo ocasionar, até mesmo, a rescisão contratual.

## **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

## **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. O fiscal técnico deverá verificar a manutenção das condições técnicas e documentação relacionada.

6.16.2. O fiscal técnico poderá realizar visitas técnicas nas unidades geradoras de resíduos da UFBA, bem como nos locais de tratamento e destinação da CONTRATADA.

6.16.3. O fiscal técnico deverá dar suporte aos fiscais locais

6.16.4. Receber, atestar e encaminhar ao Gestor do Contrato a planilha de medição da CONTRATADA com dados consolidados de cada Unidade.

6.16.4.1. Atesto será dado com base em documentação individualmente atestadas pelos Fiscais Locais e Direção da Unidade

6.16.4.2. O encaminhamento da documentação para o gestor do contrato se dará num prazo máximo de 5 dias úteis após recebimento de toda documentação enviada pela CONTRATADA e Fiscais locais.

6.17.5. Relatar ao fiscal técnico geral qualquer irregularidade nos aspectos sob sua fiscalização.

6.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.



6.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

## **Fiscalização setorial**

6.20. O fiscal setorial será designado pelo Diretor da sua respectiva unidade por meio de portaria.

6.21. O fiscal local será responsável por:

6.21.1. Auxiliar o fiscal técnico quanto à fiscalização do objeto na unidade geradora para qual foi designado.

6.21.2. Aguardar e promover acesso dos funcionários da CONTRATADA ao local de pesagem e coleta em sua unidade.

6.21.3. Acompanhar a pesagem feita por funcionário da CONTRATADA, anotando os pesos e data.

6.21.4. Mediante compatibilidade das informações prestadas pela CONTRATADA, dar o atesto à planilha de medição de sua unidade com ciência do diretor da unidade, encaminhando o documento ao fiscal técnico até o 5º dia útil do mês seguinte da competência da planilha de medição.

6.21.5. Conferir a conformidade do veículo, funcionários, EPI, fardamento, bombonas, balança e prestação do serviço na unidade sob sua fiscalização.

6.21.6. Solicitar à CONTRATADA alteração dos quantitativos de bombonas fixas coleta extra, suspensão temporária ou mudança na frequência, com base nas necessidades da unidade pela qual é responsável pela fiscalização.

6.21.6.1. Deverá comunicar tais alterações ao fiscal técnico.

## **Fiscalização Administrativa**

6.22. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.23. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

6.24. Cabe ao gestor do contrato:

6.24.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.24.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.24.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.24.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.24.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.24.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.24.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.24.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.24.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto nº 12.174/2024;

6.24.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo B.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

7.4.2. produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual e

7.4.3. indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

### **Do recebimento**

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12.1. O termo detalhado deverá constar obrigatoriamente a planilha de medição com dados consolidados de todas as unidades (pesos, número de bombonas coletadas e custos por unidade e global);

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **Liquidação**

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## **Prazo de pagamento**

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

## **Forma de pagamento**

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **Reajuste**

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 04/06 /2025.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M/FGV, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **Cessão de Crédito**

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **2% (dois por cento)** a **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7.1. Para fins de inexecução parcial compreende-se os seguintes itens: coleta, tratamento, transporte, disposição ambientalmente adequada.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	2% sobre o valor do contrato
2	4% sobre o valor do contrato
3	8% sobre o valor do contrato
4	16% sobre o valor do contrato
5	20% sobre o valor do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Manter veículos de transporte de resíduos perigosos sem a devida documentação de habilitação técnica exigida pela Contratante para executar os serviços contratados, por veículo e por dia;	03
5	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Enviar a documentação de habilitação técnica renovada e vigente para Contratante, quando solicitado;	03
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
9	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia	01
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

8.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.8. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.9. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.9.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.9.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.10.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.10.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.10.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.10.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.10.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.12. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.13. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço unitário (Kg)

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Ato de autorização para o exercício da atividade de transporte e operação para tratamento de resíduos de saúde e químicos, expedido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis/IBAMA, caso envolva mais de uma unidade da Federação nos termos artigo 7º, incisos XXIV e XXV, da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, e INSTRUÇÃO NORMATIVA IBAMA Nº 05, de 9 de maio de 2012 ou Ato de autorização para o exercício da atividade de transporte e operação para tratamento de resíduos de saúde e químicos, expedido pelo Instituto Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos/INEMA, caso ocorra apenas na Bahia nos termos do art. 8º da Lei Complementar nº 140/2011.
- 9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

- 9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;



- 9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, **patrimônio líquido mínimo** de 10% do **valor total estimado da contratação**.
- 9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- 9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

- 9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.
- 9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade, para o desempenho de atividades de tratamento e disposição ambientalmente adequada de resíduos de serviço de saúde (grupo A, B e E, RDC 222/2018).
- 9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 9.34. Licenças de Transporte e Operação para tratamento de resíduos de saúde emitido pelo órgão licenciador INEMA, que comprove a capacitação da empresa para o transporte e tratamento de resíduos de que tratam as resoluções CONAMA 358/05 e ANVISA RDC 222 /2018;
- 9.35. Certificado ou Registro da empresa no Cadastro de atividades potencialmente poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais e instrumentos de Defesa ambiental CTF/AINDA (IBAMA) juntamente com cadastro estadual de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais (CEAPD);

- 9.36. Certificado de habilitação adequada (Certificado MOPP) dos motoristas. Haja vista que o condutor de veículo utilizado no transporte de produto perigoso tenha qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito;
- 9.37. Os veículos utilizados nas etapas de transporte dos resíduos perigosos (Classe I) devem estar CERTIFICADOS PELO INMETRO;
- 9.38. Laudos Comprobatórios de Eficiência no Tratamento de Resíduos biológicos e químicos;
- 9.39. Comprovação de rastreamento dos veículos utilizados no serviço de coleta e transporte;
- 9.40. Teste de fumaça preta por avaliador de opacidade, do veículo utilizado nos serviços de coleta e transporte de resíduos perigosos;
- 9.41. Comprovação de disposição final dos resíduos tratados, em aterros licenciados pelo INEMA, através de contrato com o mesmo;
- 9.42. Apólice de seguro ambiental para transporte de cargas perigosas, poluentes e contaminantes;
- 9.43. AVCB - Alvará expedido pelo Corpo de Bombeiros em nome da licitante;

### **Qualificação Técnico-Operacional**

9.44. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.44.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.44.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 3 (três) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.44.1.2. contrato(s) que comprove(m) a execução, pelo fornecedor, de serviços envolvendo o mínimo de 50% (cinquenta por cento) do valor significativo do objeto da licitação, isto é, 40.000 Kg de resíduos a serem contratados.

9.44.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.44.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.44.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.44.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.45. Declaração de que possui ou instalará escritório no município de Salvador ou em um raio máximo de até 200 km (duzentos quilômetros) da Reitoria desta Universidade, de forma que, a Empresa tenha condições de atender qualquer demanda emergencial e ainda possibilite o não acúmulo de Resíduos nas Unidades Geradoras, uma vez que pode gerar impacto ambiental negativo e um risco à saúde humana, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6, 'a', do anexo VII da IN SEGES/MP nº 05/2017. Caso a licitante já disponha de matriz, filial ou escritório no local definido, deverá declarar a instalação/manutenção do escritório;

9.46. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.47. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### **Qualificação Técnico-Profissional**

9.48. Apresentação do(s) profissional(is), abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):

9.48.1. Para o Engenheiro químico ou Químico ou Engenheiro ambiental ou outro profissional habilitado: serviços de tratamento térmico de resíduos.

9.48.2. Para os motoristas: serviços de transporte, Certificado de habilitação adequada (Certificado MOPP) dos motoristas. Haja vista que o condutor de veículo utilizado no transporte de produto perigoso tenha qualificações e habilitações previstas na legislação de trânsito;

9.48.3. O(s) profissional(is) acima indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração[A31] (§ 6º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021)

9.49. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.50. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.51. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.52. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.53. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.54. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.55. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.56. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.56.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.56.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.56.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.56.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.56.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.56.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.56.6.1. ata de fundação;

9.56.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.56.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.56.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.56.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.56.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.56.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 485.600,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e seiscentos reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.
- 10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- I) Gestão/unidade: Universidade Federal da Bahia
  - II) Fonte de recursos: Tesouro Nacional e/ou Próprios
- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Salvador, 13 de junho de 2025.

Cíntia Brito de Souza Galheigo  
Equipe de planejamento

Ighor Costa Barreto  
Equipe de planejamento

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato (Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

Não se aplica.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Salvador - BA, ..... de ..... de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**IGHOR COSTA BARRETO**

Equipe de planejamento

**CINTIA BRITO DE SOUZA GALHEIGO**

Equipe de planejamento

**WAGNER MIRANDA GOMES**

Autoridade competente



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A.pdf (103.1 KB)
- Anexo II - ANEXO C.pdf (97.75 KB)
- Anexo III - ANEXO D.pdf (140.33 KB)
- Anexo IV - ANEXO B.pdf (740.41 KB)

## ANEXO A - PLANILHA DE MEDIÇÃO

LOGOMARCA E DEMAIS  
INFORMAÇÕES  
PRINCIPAIS DA EMPRESA  
AQUI

ID / UNIDADE:

DATA DA COLETA:

HORA DA COLETA:

DIA	PESO GRUPO A INFECTANTE	PESO GRUPO A2 INFECTANTE	PESO GRUPO A3 INFECTANTE	PESO GRUPO E PERF. CORTANTE	PESO GRUPO B QUIMICO	ASSINATURA FISCAL DA UNIDADE	ASSINATURA MOTORISTA DA EMPRESA
1							
2							
3							
4							
5							
6							
7							
8							
9							
10							
11							
12							
13							
14							
15							
16							
17							
18							
19							
20							
21							
22							
23							
24							
25							
26							
27							
28							
29							
30							
31							
PESO TOTAL							

ENVIOU FOTO AO SW : ( ) SIM ( ) NÃO

OBS:

Ass. fiscal:

Ass. do diretor:





## ANEXO B - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO – IMR

Contrato com empresa especializada em prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação ambientalmente adequada de resíduos infectantes, químicos e perfurocortantes (Grupo A, B e E, RDC 222/2018, ANVISA) para a Universidade Federal da Bahia/UFBA

Finalidade	Garantir a plena execução da prestação dos serviços contratados		
Meta a Cumprir	100% de qualidade na execução dos serviços contratados		
Instrumento de Medição	Conferência local		
Forma de Acompanhamento	Avaliação do cumprimento das ordens de serviço		
Periodicidade	Quando da prestação do serviço (semanal, conforme Termo de Referência)		
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada		
Início da Vigência	Conforme contrato		
Ocorrência/pontuação	1- Barulho excessivo durante os procedimentos de coleta do material	0,5 pontos por procedimento de recolhimento do material	
	2- Falta de cuidado durante o recolhimento com o material recolhido, ocasionando sujeira de restos mortais pelo chão, paredes, móveis ou pessoas	0,5 pontos por procedimento de recolhimento do material	
	3- Falta de organização após o recolhimento quanto às bombonas, devendo permanecer limpas e organizadas	0,5 pontos por procedimento de recolhimento do material	
	4- Trato não cortês entre pessoal no entorno dos locais de recolhimento	0,5 ponto por episódio	
	5- Demora excessiva na retirada do material	0,5 pontos por procedimento de recolhimento do material	
	6- Fornecimento de bombona/tonéis sem rotulagem	0,5 pontos por cada ato de fornecimento de bombombas/tonéis em cada unidade.	
	7- Não fornecimento dos sacos	0,5 pontos por cada ato de fornecimento de sacos em cada unidade.	
Soma da pontuação			
INTERVALO DE DESCONTO CONFORME SOMATÓRIO DA PONTUAÇÃO			
Pontuação	Desconto		
0,5	0,5% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
1	1% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
1,5	1,5% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
2	2% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
2,5	2,5% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
3	3% de desconto sobre o valor final do faturamento após a prestação do serviço		
Quantidade de kg recolhido (A)	Valor unitário do kg conforme contrato (B)	Valor total (AxB)	Valor total após desconto deste IMR
	R\$	R\$	

Nome do representante da empresa Contratada  
Assinatura

Nome do representante da Contratante (fiscalização)  
Assinatura



**ANEXO C - TERMO DE RECEPÇÃO E RESPONSABILIDADE**

A empresa ....., inscrita no CNPJ ....., declara que coletou .....de resíduos de serviço de saúde na Universidade Federal da Bahia, no período de ....., e procedeu, sob sua responsabilidade ao transporte, tratamento e destinação final de acordo com as informações abaixo:

1) Identificar tipo de resíduo e o tratamento

N.º	Tipo de Resíduo	Unid. Med.	Quant.	Tratamento
01				
02				

2) Identificar destinação final por tipo de resíduo após tratamento

N.º	Tipo de Resíduo	Unid. Med.	Quant.	Destinação
01				
02				

Representante legal da empresa - Nome legível / CPFContato

Contato Representante técnico da empresa - Nome legível / CPFContato



**ANEXO D - RELAÇÃO DAS UNIDADES GERADORAS DE RESÍDUOS**

**Importante: Unidades geradoras poderão ser substituídas, excluídas, ter seus dados alterados, bem como novas poderão ser incluídas; pertencentes à capital, região metropolitana e interior da Bahia.**

UNIDADE	ENDEREÇO
Instituto de Química	R. Barão de Jeremoabo, 147, Campus Universitário de Ondina, Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40170-115  Telefone: <a href="tel:(71)3283-6800">(71) 3283-6800</a>
PAF VI - Pavilhão de Aulas da Federação VI	R. Caetano Moura, s/n - Federação, Campus Universitário Federação, Salvador - BA, 40210-341  <a href="tel:(71)3283-5878">Telefone: (71) 3283-5878</a>
CIENAM	R. Barão de Jeremoabo, s/n - Ondina, Salvador - BA, 40170-115  <a href="tel:(71)3283-5655">Telefone: (71) 3283-5655</a>
Faculdade de Nutrição	Rua Araújo Pinho, 32, Canela, Campus Universitário Canela, Salvador-BA, 40110- 150  Telefone Geral: 3283-7700 / 7705
Instituto de Geociências	Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus Universitário de Ondina, Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40.170-020, Telefone: (71) 3283- 8600, Fax: (71) 3283-8601



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI

Instituto de Biologia	Rua Barão de Jeremoabo , s/n , Ondina , 40170-115, Salvador - Bahia - Brasil, Telefones: (71) 3283-6590/6512, Fax:(71) 3283-6511, E-mail: <a href="mailto:ibio@ufba.br">ibio@ufba.br</a>
Faculdade de Farmácia	Rua Barão do Jeremoabo, nº 147, Ondina - Salvador, Bahia - Brasil, CEP: 40.170-115, Telefones: (71) 3283-6922 (71) 3283-6900
Escola de Medicina Veterinária	Avenida Milton Santos, 500 - Ondina - Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40170- 110
Centro de Desenvolvimento da Pecuária   CDP - EMEVZ UFBA	Oliveira Dos Campinhos - Campinhos, Santo Amaro - BA, 44200-000
Escola de Medicina Veterinária - Biotério	Rua Professor Aristides Novis – Federação. CEP: 40710-000
Hospital de Medicina Veterinária	Avenida Milton Santos, 500 – Ondina, Salvador - Bahia - Brasil, CEP: 40170- 110, E- mail: <a href="mailto:hospmev@ufba.br">hospmev@ufba.br</a> , Telefone: (71) 3283-6738
Instituto de Ciências da Saúde	Av. Reitor Miguel Calmon s/n – Vale do Canela  CEP 40.110-100, Salvador, Bahia, Brasil, Telefones: (71) 3283-8885, E- mail - <a href="mailto:ics@ufba.br">ics@ufba.br</a>
Faculdade de Medicina	<u>Anexo I da Faculdade de Medicina Dra.</u> <u>Rita Lobato Velho Lopes:</u> Av. Reitor Miguel Calmon, s/nº, Vale do Canela, CEP: 40110- 100, Salvador, Bahia, Brasil. <a href="mailto:medicina@ufba.br">medicina@ufba.br</a>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI

Faculdade de Odontologia	Av. Araújo Pinho, n.72, Canela, CEP: 40110- 912, Salvador, Bahia, Brasil. <a href="mailto:odo@ufba.br">odo@ufba.br</a> Telefones: 3283-8964, 3283-8980 / 8982 Fax: 3283-8962
Serviço Médico Universitário - SMURB	Rua Padre Feijó, 240 (Prédio do Ambulatório Magalhães Neto) 4º andar CEP: 40110-170 Telefone: 3283-8700/8703
Campus Carlos Mariguella	Rua do Telégrafo, SN 1º e 2º andar do Teatro (Cidade do Saber Natal, R. da Bomba, Camaçari - BA, 42802-721
SASE - Setor de Animais Silvestres e Exóticos	R. Barão de Jeremoabo - Ondina, Salvador - BA
Instituto Multidisciplinar em Saúde –Campus Anísio Teixeira	Rua Rio de Contas, 58 – Quadra 17 – Lote 58 – Bairro Candeias. Vitória da Conquista – BA - CEP 45.029-094 Telefone: (77) 3429 2734 E-mail: <a href="mailto:ivansobrinho@ufba.br">ivansobrinho@ufba.br</a>
Escola Politécnica - UFBA	R. Prof. Aristίδes Novis, 2 - Federação, Salvador - BA, 40210-630 Telefone: (71) 3283-9702



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA – SUMAI  
Coordenação de Meio Ambiente – CMA/SUMAI

Escola de Belas Artes	Av. Araújo Pinho, 212 - Canela, Salvador - BA, cep:, 40110-150
-----------------------	---



**TERMO DE REFERÊNCIA Nº 276/2025 - SUMAI/UFBA (12.01.08)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado eletronicamente em 20/08/2025 13:57 )**

**CINTIA BRITO DE SOUZA GALHEIGO**

CHEFE - TITULAR

NRA/CMA (12.01.08.23.02)

Matrícula: ###902#5

**(Assinado eletronicamente em 20/08/2025 13:38 )**

**IGHOR COSTA BARRETO**

FARMACEUTICO-HABILITACAO

NRA/CMA (12.01.08.23.02)

Matrícula: ###922#7

**(Assinado eletronicamente em 26/08/2025 13:56 )**

**WAGNER MIRANDA GOMES**

PRO-REITOR(A) - TITULAR

PROAD/UFBA (12.01.81)

Matrícula: ###762#5

Visualize o documento original em <https://sipac.ufba.br/public/documentos/> informando seu número: 276, ano: 2025, tipo: **TERMO DE REFERÊNCIA**, data de emissão: 20/08/2025 e o código de verificação: 2400c01ffa